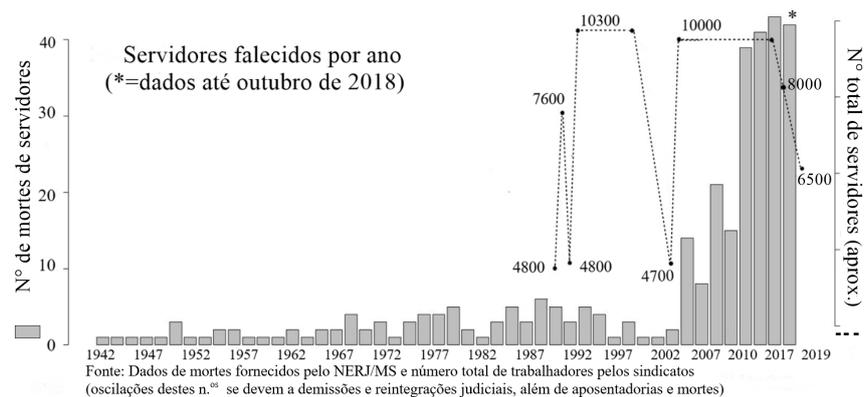


## Agentes de Combate às Endemias (ACE), uma população em risco frente à Covid-19

A pandemia de Covid-19 vem afetando toda a população, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade, como os trabalhadores/as de atividades consideradas essenciais pelas autoridades. Os/as ACE atuam no “combate” de vetores de doenças (como a dengue, zika, chikungunya) utilizando agrotóxicos, e a exposição contínua a estes venenos e ausência de acompanhamento médico tem resultado em danos à saúde desses trabalhadores. Alguns dos sinais e sintomas relacionados a esta exposição podem ser semelhantes a outras doenças. As condições do processo de trabalho colocam os ACE em risco de Covid-19, devido à circulação frequente e necessidade de entrada nas residências, e a semelhança dos sintomas pode prejudicar a adoção das medidas de prevenção, atrasar o diagnóstico e o tratamento e agravar o quadro de saúde.

Por isso, o Cesteh divulgou, em abril, uma Nota Técnica desaconselhando as visitas domiciliares pelos ACE enquanto durar a pandemia, pois o distanciamento físico é a principal medida de proteção à saúde, segundo o conhecimento científico atual, para trabalhadores/as e a população assistida. A NT também recomendou a implementação de estratégias de orientação à distância para prevenção de doenças transmitidas por vetores.

Os/as ACE têm lutado permanentemente para garantir direitos trabalhistas, como o acesso a medidas de prevenção de intoxicações, que incluem treinamento e EPIs adequados, acesso a exames periódicos e toxicológicos e exames para avaliação das condições



de saúde, principalmente pela exposição aos venenos e condições de trabalho que levam ao adoecimento e mortes precoces.

Desde o último concurso para a categoria (em 1994), os/as ACE em diferentes cargos (agente de saúde, agente de saúde pública, agente de combate às endemias e guarda de endemia), chegaram a um quadro de 10 mil servidores no Estado do RJ. Hoje, segundo o MS, são cerca de 6.200 trabalhadores/as, devido às aposentadorias e mortes. O projeto multicêntrico avaliou declarações de óbitos fornecidas pelos familiares, constatando que 75% estava em idade produtiva (40-59 anos), com média de 54 anos, abaixo da expectativa de vida dos brasileiros. As principais causas de morte foram doenças do aparelho circulatório (39%, incluindo insuficiência cardíaca, hipertensão arterial sistêmica, infarto agudo do miocárdio e doença isquêmica crônica do coração) e câncer (15%). Dados fornecidos pelo Ministério da

Saúde demonstram, numa série histórica desde 1942, um aumento no número de falecimentos destes servidores. Até o ano de 2010, o número era de menos de 10 óbitos anuais e, na década seguinte, aumentou significativamente em 400%. O número de afastamentos por doenças foi de 5.024 entre 2014 a 2018, segundo o NERJ/MS.

As doenças crônicas e os quadros de imunocomprometimento manifestados pelos ACE, somados às condições de insalubridade/precarização dos locais de trabalho, tornam estes/as trabalhadores/as mais suscetíveis a doenças infecciosas como a Covid-19, que também podem desenvolver agravamento do quadro. Instituições de saúde americanas, como CDC e OSHA, reconhecem que “pessoas de qualquer idade com sérias condições médicas subjacentes e presença de condições médicas crônicas” devem receber amplos cuidados. Há, ainda, necessidade de reforçar os serviços de saúde para prevenção e acompanhamento desses/as trabalhadores/as e familiares, incluindo sequelas desenvolvidas pela Covid-19 (como pneumologia e neurologia, especialidades do Cesteh).

A NT foi importante por permitir respaldo científico do Cesteh/ENSP/Fiocruz para garantir proteção aos ACE na pandemia, e fortalecer a luta dos trabalhadores e sindicatos por melhores condições de trabalho, evitando redução salarial por cortes nas rubricas que são recebidas pelo trabalho de campo.



